

A Revolução, o Intelectual, a História.

Lidiane Soares Rodrigues

Mestranda – DH-USP.

A Revolução Burguesa no Brasil, obra magna do Florestan Fernandes tem em seu interior diferenças profundas: em termos de enfoque, de ênfase, de perspectivas teóricas, compõe um todo que em suas partes se nota as diferenças entre o propósito inicial e final do autor –em razão da escrita contígua ao longo dos oito anos em que foi concebida. Entretanto, há um elemento que parece lhe dar unidade: a História. Não se trata, como bem adverte Gabriel Cohn de fazer historiografia, não é relevante o “acontecimental”. O material histórico é central no trabalho, no sentido de *“tornar explícito o papel que certas configurações históricas decisivas assumem na constituição dos grandes grupos sociais e das relações entre eles, e na definição do formato da sociedade em seu conjunto.”*ⁱⁱ Segundo esta perspectiva, para a compreensão do objeto de que trata esta obra, a história é fundamental. Entretanto, ela perpassa a obra como um todo, enquanto alicerce, tanto do sujeito quanto do objeto desta obra. Vejamos.

Como categoria central da História, o tempo é o meio pelo qual os processos são problematizados. No entanto, a História não pode ser pensada exclusivamente em relação ao tempo, pois, se as unidades de tempo que não se repetem, não se pode, por conta disso, definir a história como a ciência dos acontecimentos únicos e singulares. O autor expõe o crítica a absoluta singularidade que se quer atribuir ao “histórico”:

“Trata-se, no fundo, de considerar ‘histórico’ somente o que ocorre sob o marco do ‘aqui e agora’, como se a história fosse uma cadeia singular de particularidades sem nenhuma ligação dinâmica com os fatores que associam povos distintos através de padrões de civilização comuns. Ora, acontecimentos com esse caráter, apesar de ‘singulares’ e ‘particulares’, podem não ser históricos. O que é ou não é histórico determina-se ao nível do significado ou da importância que certa ocorrência... possua para dada coletividade, empenhada em manter, em renovar ou em substituir o padrão de civilização vigente. Tomado nesse nível, o histórico se repete, impondo-se que se estabeleçam como essenciais as polarizações dinâmicas e que orientem o comportamento individual ou coletivo dos atores... Sob esse aspecto, o elemento crucial vem a ser o padrão de civilização que se pretendeu absorver e expandir no Brasil. Esse

padrão, pelo menos depois da Independência, envolve ideais bem definidos de assimilação e de aperfeiçoamento interno constante das formas econômicas, sociais e políticas de organização da vida, imperantes no chamado mundo ocidental moderno.”ⁱⁱ

Nessa perspectiva, o que define o estatuto de histórico não é, a singularidade, uma pois o histórico pode ser aquilo que se repete. Ele é posto no significado que vêm a ter os fatos para determinada coletividade empenhada em determinada tarefa histórica. E diante disso, o histórico o leva aos *dilemas constitutivos* da modernidade no Brasil. Vale observar que nesse caso, o referencial determinante do que se chama repetição é a categoria do tempo. A questão ficaria mais complexa quando os tempos de espaços distintos fossem confrontados. No trecho acima, o autor recusa o histórico, enquanto puro “agora” e enquanto puro “aqui”, fazendo referência ao fato de que em nome do histórico enquanto singularidade, nem o tempo único nem o espaço peculiar justificam que não se estabeleça elos entre “fatores que associam povos distintos através de padrões de civilização comuns”.

Esta definição do estatuto do histórico opera como raciocínio mediador que lhe possibilita expor sua perspectiva sobre os usos e abusos, que geraram controvérsias infundáveis no debate político e intelectual acerca da modernidade brasileira, em torno do que se concebe por Revolução Burguesa. A crítica incide, em primeiro lugar, sobre a perspectiva que recusa a idéia de Revolução Burguesa no Brasil, por entender com isso que se pense numa repetição da história, segundo um modelo que em verdade é irrepetível. Responde o autor, que se a história do Brasil não pode ser concebida como repetição “deformada e anacrônica” da história das economias centrais, isso não significa a impossibilidade de uso do conceito:

“Trata-se, ao contrário, de determinar como se processou a absorção de um padrão estrutural e dinâmico de organização da economia, da sociedade e da cultura... É dessa perspectiva que ... ‘Revolução Burguesa’ aparece no horizonte da análise sociológica. Não tivemos todo o passado da Europa, mas reproduzimos de forma peculiar o seu passado recente, pois este era parte do próprio processo de implantação e desenvolvimento da civilização ocidental moderna no Brasil.”ⁱⁱⁱ

Aqui estariam estabelecidos os níveis de que falávamos: a repetição se coloca como relevante, na medida em que certo padrão de civilização é absorvido; e a

singularidade se coloca no *plano da forma* pela qual essa absorção se processa. O fundamental está em que esse procedimento se presta a um esforço último de elaboração de um modelo típico para o desenvolvimento capitalista periférico, considerando que ele se constituiu enquanto parte constituinte do mesmo processo que nos países centrais originava a modernidade. Dessa forma, ele afirma:

“O que a parte dependente da periferia... ‘repete’ com freqüência aos ‘casos clássicos’, são traços estruturais e dinâmicos essenciais, que caracterizam a existência do que Marx designava como uma economia mercantil... a emergência de uma economia competitiva diferenciada ou de uma economia monopolista articulada etc. Isso garante uniformidades fundamentais, sem as quais a parte dependente da periferia não seria capitalista... No entanto, a essas uniformidades –que não explicam a expropriação capitalista inerente à dominação imperialista e, portanto, a dependência e o subdesenvolvimento –se superpõem diferenças fundamentais, que emanam do processo pelo qual o desenvolvimento capitalista da periferia se torna dependente, subdesenvolvido e imperializado, articulando no mesmo padrão as economias capitalistas centrais e as economias capitalistas periféricas.... é a estas diferenças que cabe recorrer, para explicar a variação essencial e diferencial, isto, é, o que é típico da transformação capitalista e da dominação burguesa sob o capitalismo dependente.”^v

Atentemos: através das chamadas “diferenças fundamentais” é que se pode chegar ao modelo de desenvolvimento capitalista dependente. Diante disso, compreendemos a relevância das “repetições”, no eixo nacional, e das “diferenças fundamentais”, no que tange às economias centrais e periféricas.

À luz de tais considerações compreendemos o estatuto do histórico enquanto singular e enquanto repetição, com referência aos tempos que constituem o que acima chamamos de dilemas constitutivos de nossa modernidade, pois as *“impossibilidades históricas formam... uma espécie de círculo vicioso, que tende a repetir-se em quadros estruturais subseqüentes.”^v* Por não haver ruptura com o passado, sua conformação acaba por ser histórica, *“a cada passo este se reapresenta na cena histórica e cobra o seu preço, embora sejam muito variáveis os artifícios da ‘conciliação’.”^{vi}* Portanto, aqui, perscrutar o que se repete e o que se singulariza não têm a mesma função, quando o referencial são as economias centrais. Se, em relação às economias centrais, a diferença é fundamental, no que tange às etapas de nosso desenvolvimento capitalista, as repetições são mais salutares. Trata-se de compreender como o passado engolfa o presente, engendrando o círculo vicioso que se prolonga e se perpetua no tempo.

Como a perspectiva da repetição ou da diferença se apresenta no eixo nacional como permanência ou ruptura, compreende-se a atribuição do estatuto histórico àquilo que se repete, ou permanece, pode ser de grande valia teórica, pois o enfoque não estará colocado *isoladamente*, nem sobre o elemento novo, inédito, nem sobre o elemento arcaico, antigo, como signos, respectivamente, da ruptura ou da permanência. Antes, a preocupação maior, estará na *relação* histórica estabelecida entre eles.

O procedimento que aponta nesse sentido, é dado pelo próprio sociólogo: trata-se do esquema de explicação das formas sociais, *“segundo o qual as fases de desagregação e colapso de uma forma social são essenciais para o aparecimento e a constituição da forma subsequente”*.^{vii} Tal procedimento, adequado a tantos outros contextos, no caso brasileiro, é especialmente profícuo, pois nossa experiência social é a de permanências, a despeito de rupturas. O que equivale a dizer, os elementos que a forma social em desagregação “deixa” resultam em “rearranjos” com os elementos típicos da forma social subsequente. Desse ângulo, tanto ruptura quanto permanência adquirem relevância histórica, pois a permanência é historicamente constituída.

Se o objeto da história assim está configurado pelo sociólogo, como fica configurada a historicidade estabelecida entre o sujeito e o objeto da obra? Segundo o próprio autor, esta obra nasce como uma *“resposta intelectual à situação política que se criara com o regime instaurado em março de 1964”*^{viii}. A presença marcante da História na concepção da obra não escaparia aos seus comentadores, e Nilo Odália chega mesmo a afirmar que ela neste caso, a *“História que impõe sobre o autor seu peso e suas regras”*^{ix}, pois na origem da obra, estão as *“vicissitudes de cidadão e homem, de uma sociedade, cuja precariedade institucional dramatiza o que, em circunstâncias diversas seria tão apenas um situar-se no mundo.”*^x Mas para além do “drama” que os conhecidos desdobramentos de 1964 imprimirão ao autor, interessa-

nos a relação epistemológica construtiva, posta pela historicidade e pelo presente, entre o sujeito e o objeto de uma obra concebida sob tais circunstâncias.

A obra em questão foi escrita em anos em que o autor esteve fora do campo institucional universitário, o que é aliás patente no prefácio à segunda edição, em que o autor se lança numa relação historicamente marcada com o objeto do livro, reconhecendo sua condição de socialista e sociólogo: “*Trata-se de um ensaio livre, que não poderia escrever, se não fosse sociólogo. Mas que põe em primeiro plano as frustrações e as esperanças de um socialista militante*”.^{xi} E ainda parece querer marcar como esta distinção pode incidir no seio da obra. Em suas palavras: “*Quanto a mim, como socialista militante que se formou, ao mesmo tempo, como sociólogo ‘profissional’, não procurei nesse livro... submeter as influências socialista a qualquer censura cega ou a uma seleção negativa*”^{xii}. Há aqui uma espécie de auto-permissão, que o autoriza a não ter de censurar a presença de sua posição política. Por isso seria potencialmente heurístico indagar acerca das implicações epistemológicas de um sujeito que se filia a seu objeto, reconhecendo-se também histórico, delimitado e determinado como ele.^{xiii}

A resposta pode ser encontrada em outro texto, cujo tema, não por acaso tangencia a História. Trata-se da Introdução que o sociólogo elaborou para o volume *K. Marx e F. Engels*, da Coleção Grandes Cientistas Sociais.^{xiv} Da avaliação das trajetórias intelectuais “não institucionais” dos autores, conclui, atentemos, em termo genérico: “... o cientista que se coloca fora da ordem estabelecida por causa de sua vinculação com o proletariado também fica acima das deformações que ela impõe à pesquisa científica”.^{xv} Qual seria, então, o *fundamento histórico* para, ao se referir a si mesmo, reconhecer a condição de sociólogo e socialista; bem como, ao se referir a Marx e Engels, atentar para a necessidade de se colocar “fora da ordem” –ambas observações apontando para tais condições como construtivas do conhecimento? Segundo ele,

“O que interessa, aqui, é que o centro de gravidade de uma posição de classe por ser a posição de uma classe revolucionária em ascensão histórica, assegurava ao cientista social uma extrema autonomia. Ele não precisava curvar-se às deformações, porque uma classe social revolucionária não pode travar e vencer seus combates freando a contribuição da ciência ao alargamento e ao aprofundamento de sua consciência histórica e de sua capacidade de ação coletiva histórica”.^{xvi}

O fundamento histórico se coloca então no plano da ligação do intelectual com a classe em ascensão histórica. É esta condição de ascensão histórica que confere à vinculação com a classe, autonomia científica, liberdade intelectual, e demanda de avanços. Nesse sentido, a História, enquanto curso e direção do presente, media a relação do cientista com seu objeto e projeta as conclusões científicas para o campo da necessária autonomia intelectual criativa. A contemporaneidade entre objeto e sujeito do conhecimento se coloca aqui enquanto relação epistemológica construtiva. Pois não se trata apenas de uma filiação empática com a classe em ascensão histórica, mas de tal ascensão como referencial teórico. Sendo contemporâneos, sujeito e objeto se encontram na história viva de seu presente, de tal modo que o presente em curso é esclarecido pela movimentação do intelectual no e com seu objeto, e projeta-o tanto ao passado quanto ao futuro. Sobre isso, afirma Florestan, ainda a propósito de Marx e Engels:

“A revolução burguesa gerara uma nova geração de historiadores, capazes de descrever as classes e de entender o significado histórico da luta de classes... K. Marx e de F. Engels não só se imbricam nessa orientação investigativa. Eles a suplantam... porque projetaram a pesquisa histórica sobre a formação e o desenvolvimento da nova classes revolucionária e sobre o presente in flux, buscando na luta de classes uma chave para interpretar o futuro em perspectiva histórica. De um golpe, eles eliminam o arraigamento estático da história, que excluía o sujeito investigador do circuito histórico e convertia o passado em um santuário de arquivos e documentos. Essa nova história, que é psicologia em uma face, economia e sociologia em outra, era tão avançada para sua época –e para a nossa –que ainda hoje não foi inteiramente compreendida e aceita como o grande marco da instituição da histórica como ciência.”^{xvii}

Segundo essa perspectiva, os marcos científicos da História estão dados por uma revolução na relação entre sujeito e objeto. Além disso, o sujeito do conhecimento histórico, lançado à história, que é seu objeto, e fundando a história como ciência moderna indica que esta é ciência do presente e não do passado, e que por sua vez, enquanto sujeito dela, ele lança seus olhos ao futuro. E entre o passado

e o futuro, o presente, lançando-o para frente *ao mesmo tempo* que o prende para trás.

Nestas considerações estão os elementos fundamentais de nossas preocupações acerca da obra: a revolução, o intelectual, a História, e o presente, como mediador desses elementos, possuem. Em outras palavras, entre o passado e o futuro, portanto, o presente, o intelectual, a História, e os dilemas entre a possibilidade de uma nova repetição e a esperança de uma *outra* revolução. Nosso objetivo é observar como a perspectiva histórica pode se prestar ao tratamento dos dilemas do presente, enquanto “circuito fechado” pelas cadeias que o ligam ao passado e à permanências e enquanto “curto circuito” que entra em convulsão e se abre para um futuro-mudança.

Bibliografia citada

COHN, Gabriel. “Florestan Fernandes – *A Revolução Burguesa no Brasil*”. In.: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*. São Paulo: Senac, 1999.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERNANDES, Florestan. “Introdução”. In.: FERNANDES, Florestan (org. e introdução). *K. Marx. F. Engels: história*. São Paulo: Ática, 1984. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)

ODÁLIA, Nilo. “Um marco na historiografia brasileira”. In.: D’INCAO, Maria Ângela (org.). *O saber militante. Ensaios sobre Florestan Fernandes*. São Paulo: Editora Unesp, 1987.

ⁱ COHN, Gabriel. “Florestan Fernandes – *A Revolução Burguesa no Brasil*”. In.: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*. São Paulo: Senac, 1999, p.399.

ⁱⁱ FERNANDES, F. Op. cit., p. 17 –grifos meus.

ⁱⁱⁱ Idem, p.20.

^{iv} Idem, p. 291-292 –grifos meus.

^v Idem, p. 201-202.

^{vi} Idem, p. 201-202.

^{vii} Idem, p. 22.

^{viii} Idem, p. 3.

^{ix} ODÁLIA, Nilo. “Um marco na historiografia brasileira”. In.: D’INCAO, Maria Ângela (org.). *O saber militante. Ensaios sobre Florestan Fernandes*. São Paulo: Editora Unesp, 1987. p. 237.

^x Idem, p. 238.

^{xi} Idem, p. 4. Não cabe aqui investigar o que conteúdo do que vem a ser o “socialista frustrado”. O foco da menção é o assumir das duas condições.

^{xii} Idem, p. 6.

^{xiii} Especificamente este trecho requer que reconheçamos a precariedade em função dos estágios iniciais da pesquisa, embora haja outros. Mas, para que isso não sirva de expediente para afirmações imponderadas, preferimos expor aqui e sujeitar à crítica.

^{xiv} FERNANDES, Florestan. Introdução. In.: FERNANDES, Florestan (org. e introdução). *K. Marx. F. Engels: história*. São Paulo: Ática, 1984. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)

^{xv} Idem, p. 20. Três ponderações imperativas em relação ao uso desta afirmação. Em primeiro lugar, ela poderia ser refutada para a finalidade de se compreender o próprio Florestan Fernandes enquanto intelectual. No entanto, chamamos atenção, para o fato de que, no texto de que ela foi extraída, as pontuações acerca da especificidade e da generalidade das afirmações são nítidas. Há portanto, considerações que se destinam às trajetórias de Marx e Engels especificamente. Há outras, no entanto, como é o caso desta, em que a generalização fica patente. A segunda observação diz respeito a uma possível acusação de que estaríamos usando as afirmações do autor acerca da sociologia do conhecimento, para análise dele mesmo. Não se trata disso. Não há um método ou uma teoria, em termos de sociologia do conhecimento, em Florestan Fernandes. O uso se justifica pela forma como ele será concebido. Como dissemos, o objetivo último de nosso trabalho é encontrar a elaboração prescritiva do autor acerca do papel político do intelectual. Isso significa que a asserção é usada como forma de obtermos orientação de valor do autor, no que tange ao comprometimento do intelectual com uma classe. Na última parte do trabalho, quando “amarramos” a exposição, o uso da consideração de Marx é fundamental nesse sentido, e fica clara essa espécie de uso que fizemos. Em terceiro lugar, a título de precaução, deixemos claro: não pretendemos com o uso das reflexões de Florestan acerca de Marx e Engels nos filiar a perspectiva de que Florestan seja marxista neste livro. Antes, reconhecemos matrizes sociológicas diversas, e o enquadramento “marxista ou não” não é o enfoque central de nossa exposição.

^{xvi} Idem, *ibidem*, grifos meus.

^{xvii} Idem, p. 14-15.